

ASPECTOS DO BILINGÜISMO PORTUGUÊS-CASTELHANO NA ÉPOCA MODERNA*

por

ANA ISABEL BUESCU
FCSH/Universidade Nova, Lisboa

RESUMEN: *La importancia del idioma castellano es, sin duda, un dato culturalmente relevante en el Portugal Moderno. Este ensayo procura destacar aspectos de una realidad que, asumiendo inevitablemente elementos diversos en las diferentes coyunturas, tuvo una expresión significativa en los más variados campos de la sociedad portuguesa -cortesano, literario, intelectual y político. Sólo a partir del siglo XVIII el bilingüismo luso-castellano conocería una pérdida importante, ya en el marco del reflujó de la influencia española en Portugal y del triunfo del nuevo paradigma cultural constituido por Francia.*

PALABRAS CLAVE: Bilingüismo. Portugal. Castilla. Siglos XV-XVII.

ABSTRACT: *The importance of the Castilian language is undoubtedly a culturally important fact in Early Modern Portugal, particularly between the mid-fifteenth and the eighteenth centuries. This essay highlights some aspects of this phenomenon, which, despite inevitable variations in different contexts, received significant expression in a number of fields of Portuguese culture and society – among them, the court, literature and intellectual culture, and politics. The importance of Castilian only began to decline in Portugal from the eighteenth century onwards, a fact that may be accounted for both by the relative loss of Spanish influence over Portugal, and by the ascent of a new cultural paradigm, mainly derived from French culture.*

KEY WORDS: Bilingualism. Language. Portugal. Castilian. Early Modern period.

* Retomamos aquí de perto o nosso estudo «Y la Hespañola es fácil para todos. O bilingüismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)» publ. na colectânea *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, 2000, pp. 51-66.

A presença do castelhano na corte e na generalidade dos círculos letrados e eruditos constitui um dos sinais mais evidentes da proximidade cultural entre os dois reinos peninsulares no século XVI, culminando um processo que tinha antecedentes e protagonistas, alguns deles notáveis – pensemos, por exemplo, na importância das relações culturais na primeira metade do século XV entre a corte dos príncipes de Avis e a corte castelhana¹, pensemos ainda na figura do Condestável D. Pedro de Portugal, que governou a Catalunha entre 1464 e 1466, e cujos interesses culturais e produção literária exprimem justamente também essa articulação². O simples desfolhar do *Catálogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano*, publicado por Domingo García Peres em Madrid, em 1890³, permite avaliar a importância e a extensão que o bilinguismo - e as inerentes consequências culturais - assumiu no Portugal de Quinhentos, muito para lá das figuras emblemáticas de Gil Vicente, autor de numerosíssima produção que o faz enfileirar na plêiade dos grandes autores de língua castelhana⁴, Francisco de Sá de Miranda⁵, Luís de Camões ou, já no século XVII, Francisco Manuel de Melo.

¹ V. nomeadamente os importantes estudos de PIEL, Joseph: «Prefácio» a D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, fac-símile da ed. crítica de 1944, Lisboa, 1986, pp. VII-XVII, e «Introdução» ao *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram; o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro*, ed. crítica segundo o ms. de Madrid, com anotações e glossário, Coimbra, 1948, pp. V-XL; SALAZAR, Abdón M.: «El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la corte de Portugal entre medievo y renacimiento (1421-1431)», in *Medieval Hispanic Studies Presented to Rita Hamilton*, ed. A. D. DEYERMOND, Londres, 1976, pp. 215-26; especificamente sobre as orientações da cultura e o papel da corte no século XV em Portugal, v. CARVALHO, José Adriano Freitas de, «Princes, armes, lettres», in *Aux Confins du Moyen Age. Art Portugais XIII-XVe siècle*, Gent, 1991, pp. 77-82, e ainda MONTEIRO, João Gouveia: «Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos príncipes de Avis)», *Vértice*, 2ª série, nº 5, Agosto 1988, pp. 89-103.

² FONSECA, Luís Adão da: *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, 1982, p. 9, onde se sublinha o carácter pioneiro do Condestável no uso literário do castelhano por autor português, e ainda pp. 295 e ss. V. as *Obras Completas do Condestável Dom Pedro de Portugal*, Introdução e edição diplomática de FONSECA, Luís Adão da, Lisboa, 1975.

³ Nascido em Portugal de pais espanhóis em 1812, García Peres doutorou-se em medicina em Cádiz, estabelecendo-se em Setúbal, por cujo círculo eleitoral chegou a ser deputado em 1852. Faleceu em 1902. Grande bibliófilo, correspondeu-se com Menéndez y Pelayo, de quem foi um precioso informador sobre textos e autores portugueses, facto que transparece na correspondência trocada entre ambos, nomeadamente num conjunto de 114 cartas de Menéndez y Pelayo, escritas entre 1880 e 1900, dirigidas a García Peres, e publicadas por FIGUEIREDO, Fidelino de: «Cartas de Menéndez y Pelayo a García Peres», *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, 1918-19, pp. 1151-1256. V. ainda *infra*, nota 13.

⁴ V. por exemplo a excelente *Historia y Crítica de la Literatura Española*, dirigida por Francisco RICO, II - *Siglos de Oro: Renacimiento*, coordenado por Francisco LÓPEZ ESTRADA, Barcelona, 1980, onde Gil Vicente, considerado «el mayor dramaturgo de la Europa de su tiempo» (p. 543), figura com destaque no capítulo dedicado ao teatro anterior a Lope de Vega, em artigos da autoria de Luciana Stegagno Picchio e Stephen Reckert. As suas obras dramáticas em língua castelhana ocupam o volume 156 da colecção Clásicos Castellanos da Espasa-Calpe.

O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516 mas integrando composições que remontam ao reinado de D. Afonso V (1438-81), ilustra de modo claro, além da inspiração directa no *Cancionero General* de Hernando del Castillo (1511), essa presença do idioma castelhano na cultura portuguesa da época, realidade não apenas na corte e nas elites, mas noutras camadas sociais, nomeadamente urbanas. Como já observou Pilar Vásquez Cuesta, autora de alguns dos estudos mais consistentes sobre a questão do bilinguismo luso-castelhano, cerca de um sétimo das composições que o integram são escritas em castelhano, o que reflecte o ascendente que não só a língua mas os modelos estéticos e literários de grandes autores castelhanos exerciam sobre poetas como Duarte de Brito, o Conde de Vimioso, Gil Vicente ou Garcia de Resende, na generalidade muito próximos dos ambientes cortesãos⁶. A recepção da literatura espanhola foi, portanto, nas palavras de Ivo Castro, um dos estímulos à criação literária dos escritores portugueses e o castelhano tornou-se, desta forma, com mais ou menos lusismos, uma das línguas de expressão da literatura portuguesa ao longo de três séculos⁷.

No século XVI, a própria corte era, de resto, bilingue, em virtude da sucessão de alianças matrimoniais. Num dos três *Prólogos* que antecedem a publicação, em 1544, do *Libro Primero del Espejo dl Príncipe Christiano*, dedicado a D. João III e destinado à educação do príncipe D. João (1537-54), então herdeiro do trono, Francisco de Monçon, catedrático de teologia na Universidade de Coimbra e capelão e pregador do monarca, afirma que a opção linguística para a composição do seu tratado oscilou entre o castelhano, «para que todos comunmente los pudiessê ler», e o latim⁸. A realidade constituída pelo bilinguismo, nomeadamente no âmbito da cultura erudita e de corte é, pois, de tal forma indiscutível no século XVI, que a voz de António Ferreira (1528-1569), autor da tragédia *A Castro*, ecoa de modo singular e quase solitário na defesa intransigente do uso do idioma nacional. Em carta a Pero de Andrade Caminha, poeta de dotes particularmente apreciados na corte⁹, António Ferreira recrimina-o de forma veemente pela utilização do castelhano nas suas composições, e apela à dignificação da língua portuguesa: «Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva / A Por-

⁵ Das 189 composições poéticas que integram a edição crítica realizada por Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, 115 são em português e 75 em castelhano. V. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, reprodução fac-similada da edição de 1885, Lisboa, 1989, p. CXXVIII.

⁶ VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, Lisboa, 1988, pp. 44.

⁷ CASTRO, Ivo: «Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIV, *La Littérature d'Auteurs Portugais en Langue Castellane*, Lisboa-Paris, 2002, p. 12.

⁸ MONÇON, Francisco de: *Libro Primero del Espejo dl Príncipe Christiano*, Lisboa, 1544, «Prologo II», fol.5. Sobre Monçon e o *Libro Primero...*, v. BUESCU, Ana Isabel: *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Lisboa, 1996, pp. 102-137.

⁹ ANASTÁSIO, Vanda: «Réflexions autour des poésies en langue castillane de Pero de Andrade Caminha», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIV, já citado, pp. 153-164.

tuguesa língua, e já onde for / Senhora vá de si soberba, e altiva. / Se té qui esteve baixa, e sem louvor, / Culpa é dos que a mal exercitaram: / Esquecimento nosso, e desamor»¹⁰. Até que ponto este desentendimento explícito entre os dois poetas exprime sobretudo uma distância intelectual e cultural, não podemos afirmá-lo de forma positiva. Em todo o caso, a proximidade linguística entre os dois idiomas favorecia, como é óbvio, a importância que o castelhano assumia em Portugal. Pela boca do próprio Valdès, um dos interlocutores do *Diálogo de la Lengua*, de sua autoria, ao discorrer sobre as línguas de Espanha, constata-se isso mesmo: «La portuguesa tiene más del castellano que ninguna de las otras, tanto que la principal diferencia que, a mi parecer, se halla entre las dos lenguas, es la pronunciación y la ortografía»¹¹. E esta apreciação de Juan de Valdès fazia-se, como têm sublinhado filólogos e linguistas, numa época em que essa proximidade entre as duas línguas era ainda mais nítida do que nos dias de hoje¹².

Tentando sistematizar a reflexão sobre as condições históricas e políticas que levaram a este ascendente, que reveste expressão particular no século XVI; Sousa Viterbo¹³ aponta um conjunto de razões que radicam, em primeiro lugar, no contínuo estreitamento dos laços entre as duas cortes peninsulares, em virtude da política matrimonial dos monarcas portugueses e castelhanos, no âmbito de uma estratégia de unificação dinástica das duas Coroas. D. Manuel (1495-1521) casa três vezes, sempre com princesas espanholas - em 1497 com D. Isabel, de quem enviuvou no ano seguinte, em 1500 com D. Maria, ambas filhas dos Reis Católicos e, em 1518, com D. Leonor, irmã de Carlos V, mais tarde rainha de França. O mesmo acontece com D. João III (1521-1557), que em 1525 casa com D. Catarina, também irmã de Carlos V. O príncipe D. João, filho de D. João III e pai de D. Sebastião casaria, por seu turno, também com uma princesa espanhola, D. Joana, filha de Carlos V. E com as princesas espanholas, sublinha o erudito português, vinham séquitos numerosos que traziam

¹⁰ FERREIRA, António: *Poemas Lusitanos* (1598), T.II, Liv.1, carta 3, versos 3-8, Lisboa, 1939-40, p.48.

¹¹ VALDÉS, Juan de: (? - 1545), *Diálogo de la Lengua* (1ª ed. 1753), col. Clásicos Castellanos, vol 86, edição, introdução e notas de José F. MONTESINOS, Madrid, 1969, p. 34.

¹² CASTRO, Ivo, *op.cit.*, pp. 17-18.

¹³ «A litteratura hespanhola em Portugal», in *Historia e Memorias da Academia das Ciencias de Lisboa*, T. XII, Parte II, nº5, Lisboa, 1915, pp.152-155. A «Introdução» fora já publicada por Francisco de Sousa VITERBO em *A Civilização Portuguesa e a Civilização Hespanhola. Sua Influencia Mutua*, Porto, 1892. Esta questão não pode ser dissociada de um clima político e ideológico em que se reacendeu na segunda metade do século XIX a chamada «questão ibérica», que deu origem a uma polémica importante nos meios intelectuais portugueses e espanhóis. A recepção ao *Catalogo Razonado* de Garcia Peres reflecte claramente esta situação. A Real Academia Española, que em 1887 emite o parecer favorável à publicação da obra, através do seu secretário, Manuel Tamayo y Baus, saúda-a como um «verdadero servicio a la literatura y la patria española», considerando que ela apresenta um carácter nacional «puesto caso que en ella se entrañan y sintetizan cuestiones de primera importancia para nuestro pais, relacionadas con la unidad de raza, de pensamiento y de language de la peninsula ibérica». *Op.cit.*, pp. IX e V. A este respeito, v. SALOM COSTA, Julio: «La relación hispano-portuguesa al término de la época iberista», *Hispania*, XXV, 1965, pp. 219-259.

modas, maneiras, gostos e também a língua, cujo uso na corte régia se impôs de forma indiscutível. «*A linguagem castelhana – conclui Sousa Viterbo – tornou-se habitual entre os cortesãos, que procurariam assim lisonjear as rainhas*»¹⁴. Tem razão Sousa Viterbo, sem dúvida, em acentuar o carácter decisivo da corte na difusão da língua castelhana em Portugal – aliás, a noção de que a corte régia cumpre, desde finais da Idade Média, um papel cada vez mais importante como lugar de produção e de difusão de modelos culturais é hoje em dia, depois dos trabalhos pioneiros de Norbert Elias, um dado culturalmente adquirido. Mas é necessário ir mais longe na avaliação das implicações que o bilinguismo tem no campo cultural, não podendo confinar-se o problema a uma dimensão meramente linguística, ou a um quadro em que o voluntarismo – neste caso, do cortesão que pretende lisonjear o soberano – constitui a chave explicativa. Desta necessidade em procurar outros nexos explicativos e outras consequências de natureza cultural daremos em seguida dois exemplos, que julgamos significativos.

Vejam, em primeiro lugar, o caso da avaliação da corrente erasmista em Portugal, impossível de dissociar, como demonstraram Marcel Bataillon e Eugenio Asensio, da amplíssima ressonância do erasmismo em Espanha¹⁵ onde, por convergência de razões complexas, constituiu um movimento espiritual e ideológico poderoso, assumindo uma importância sem igual em toda a Europa na primeira metade do século XVI, antes de começarem a soprar os ventos da repressão inquisitorial. Tome-se como exemplo a tradução para castelhano – a mais antiga para qualquer língua vulgar – do *Tratado o Sermão del Niño Jesus y en Loor del Estado de Niñez*, impresso em Sevilha em 1516¹⁶, reeditado nesse mesmo ano em Saragoça, ou a existência, até 1531, da edição em Espanha de pelo menos quinze obras diferentes de Erasmo; até à década de trinta, o *Enchiridion Militis Christiani* (1503) tem edições em 1525, 1527, 1528 e 1529; os *Colloquia* têm, pelo menos, quatro edições entre 1528 e 1532¹⁷.

No «*Prologo*» à *Comedia Eufrosina* (1555) de Jorge Ferreira de Vasconcelos¹⁸, em que pretende provar o para ele indiscutível – e polémico – erasmismo de Gil

¹⁴ Sousa VITERBO, *op.cit.*, p. 153.

¹⁵ Remetemos para a obra monumental e ainda inultrapassada, no seu conjunto, de BATAILLON, Marcel: *Erasmus y España. Estudios sobre la Historia Espiritual del siglo XVI*, Mexico-Madrid-Buenos Aires, 1979 (1ª ed. francesa 1937).

¹⁶ Edição fac-similada do único exemplar conhecido, apenas redescoberto em 1945, com importante estudo introdutório de ASENSIO, Eugenio:, Madrid, 1969. Recensão de José V. de PINA MARTINS, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 675-680.

¹⁷ PINA MARTINS, José V. de: «O Erasmismo em Espanha e os seus reflexos na cultura portuguesa», in *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do século XVI*, Paris, 1973, p. 36 e SÁ, Artur Moreira de: *De Re Erasiana. Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, 1977, pp. 7-11; ambos remetem para a bibliografia de Bataillon, onde se descrevem as edições espanholas de Erasmo, *op. cit.*, pp. XXI-CXVI, particularmente LI-LX, n.ºs 457-579, que se referem a 122 edições e traduções de Erasmo em Espanha, 116 se excluirmos as edições feitas em Portugal.

¹⁸ VASCONCELOS, Jorge Ferreira de: *Comedia Eufrosina*, texto de la edición príncipe de 1555 con las variantes de 1561 y 1566. Edición, prólogo y notas de Eugenio ASENSIO, Madrid, 1951.

Vicente, na senda, nomeadamente, das teses sustentadas por Teófilo Braga e Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹⁹, Eugenio Asensio sublinha a importância do papel das princesas espanholas na difusão do humanismo cristão erasmiano, nomeadamente de D. Catarina, em relação à qual é taxativo: «*En quanto al erasmismo de Dona Catalina no es materia de conjetura, sino de información*»²⁰. Este aspecto, evidenciado por Asensio, fora já sustentado por Sousa Viterbo, que publicou o inventário dos livros da biblioteca real e da biblioteca particular de D. Catarina, entre os quais se encontram algumas obras de Erasmo²¹. Os *Colloquia*, cuja primeira edição é de Basileia (1518), foram traduzidos para castelhano e publicados em Sevilha em 1529. Nesse mesmo ano, entre os livros entrados em Portugal sabe-se que figuravam os *Colloquia* de Erasmo, na sua edição castelhana de 1529, que D. Catarina mandara entregar a Rodrigo Sanches, mestre de gramática da capela da rainha, para ensino dos moços da capela²².

O grande hispanista Marcel Bataillon afasta liminarmente a tese de Asensio no que diz respeito ao erasmismo de Gil Vicente²³, mas partilha da necessidade de apreender as manifestações do ideário erasmiano em Portugal num âmbito peninsular. Esta perspectiva – a nosso ver, decisiva – conduz à complexa questão dos problemas da edição e da circulação dos impressos, questão crucial para a averiguação e análise do problema do bilinguismo, em particular no que respeita à cultura escrita. As únicas edições conhecidas de Erasmo em Portugal – uma em castelhano, três em latim e duas (da mesma obra) em latim e castelhano – ocorrem, paradoxalmente, numa época em que por toda a Europa se

¹⁹ BRAGA, Teófilo: *Historia da Litteratura Portuguesa*, II - *Renascença*, Porto, 1914, pp. 64 e 70-71; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de: *Notas Vicentinas*. I- *Gil Vicente em Bruxelas ou o Jubileu de Amor*, Coimbra, 1912, pp. 54-67; MARQUES BRAGA, nas *Obras Completas*, vol. I, *Obras de Devaçam*, Coimbra, 1933.

²⁰ ASENSIO, Eugenio, *op.cit.* p. LXXVII.

²¹ PINA MARTINS, José V. de: *op.cit.*, p.35; VITERBO, Francisco de Sousa, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, 2ª Classe, T. IX, Parte I, 1902, pp. 33-34.

²² SÁ, Artur Moreira de: «Estudo Introdutório» à ed. fac-similada dos *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI*, Lisboa, 1983, pp.11-12, e documento VI (publicação dos recibos (26/7/1529) passados por Rodrigo Sanches), ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mº 157, nº 53, cit. por Moreira de SÁ, *op.cit.*, pp. 57-58.

²³ Bataillon pronuncia-se de modo inequívoco pela inexistência da influência do pensamento de Erasmo no dramaturgo português, fazendo entroncar o posicionamento crítico e a tónica anticlerical de Gil Vicente, que levaram alguns estudiosos a considerá-lo discípulo de Erasmo, na amplíssima tradição medieval de crítica à Igreja. *Op.cit.*, p. 613. No mesmo sentido se manifesta José V. de Pina Martins, considerando, de modo definitivo, o «erasmismo» vicentino como «*uma infeliz invenção da sábia mestra de Coimbra e de Teófilo Braga*». *Sobre o Conceito de Humanismo e Alguns Aspectos Histórico-Doutrinários da Cultura Renascentista*, Paris, 1970, p. 78. Do mesmo modo, o «erasmismo» de João de Barros, em particular na *Ropica Pnema* (1532) defendido por SARAIVA, António José: (*História da Cultura em Portugal*, II, Lisboa, 1955, pp. 563-606) e SILVA DIAS (*A Política Cultural da Época de D. João III*, I, Coimbra, 1960, pp. 272-286) é também contestado por PINA MARTINS, *Humanismo e Erasmismo...*, cit., pp. 50-57.

adensava a crítica ao humanista cristão e às suas teses, que viria a conduzir à sua classificação, pela ortodoxia da Igreja, como *auctor damnatus* nos Índices expurgatórios, e que culminaria na proibição de toda a sua obra (Índice romano de 1559). São elas a edição, em tradução castelhana, do *Enchiridion Militis Christiani*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1541 (que viria a ser incluído em Portugal no *Rol dos Livros Defesos* de 1551, tanto em latim como em vulgar, e só em 1559 em Espanha); o *Liber de Copia Verborum et Rerum* (Coimbra? 1542?); os *Colloquia* em edição escolar (expurgada), por Juan Fernández, professor em Coimbra, edição que Bataillon situa em 1545-46 (J. S. da Silva Dias: 1552; A. Moreira de Sá: 1553), edição raríssima, de que só se conhece o exemplar da Biblioteca Pública de Évora²⁴, e única edição peninsular dos *Colloquia* em latim (proibição em França em 1526, em Espanha o texto em vulgar em 1536, o texto latino em 1537, em Portugal em 1550-51); o *Index Rerum et Verborum* dos *Adagia* por João Vaseu, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1549; e finalmente algumas sentenças de Erasmo na edição bilingue (latim e castelhana) da *Primera Parte de las Sentencias que hasta Nuestros Tiempos, para Edificacion de Buenos Costumbres, estan por Diuersos Autores Escriptas...*, Lisboa, Germão Galharde, 1554 e Coimbra, João Álvares, 1555²⁵.

A inexistência de edições portuguesas e o reduzido número de edições de obras de Erasmo condicionou de forma decisiva a apreciação do conhecimento das doutrinas de Erasmo em Portugal no século XVI. Ainda que seja, de facto, reduzida a expressão do erasmismo no nosso país – sobretudo se comparada com a realidade espanhola –, da raridade das edições de obras de Erasmo impressas em Portugal não pode inferir-se o desconhecimento ou a fraca implantação das ideias erasmistas, uma vez que as elites conheciam o castelhana (para além do latim), no quadro de um bilinguismo efectivo. A importância em atender a esta particularidade da circulação da cultura escrita em Portugal obrigaria mesmo Bataillon a rever a sua apreciação sobre a expressão do erasmismo em Portugal, que num primeiro momento considerara extremamente restrita, uma vez que, como ele próprio reconhece, partira da constatação da inexistência de edições portuguesas de Erasmo e não tivera em conta a intensa circulação dos textos castelhanos entre nós²⁶. Sabe-se hoje, aliás, que a presença de obras de Erasmo em Portugal era, apesar de todas as condicionantes, apre-

²⁴ Segundo informação do Prof. José V. de Pina Martins, a quem agradecemos, sabe-se hoje da existência de um outro exemplar em Vila Viçosa.

²⁵ PINA MARTINS, José V. de: «A repressão contra o erasmismo. D. Jerónimo Osório e o fim do erasmismo em Portugal», in *Humanismo e Erasmismo...*, pp.149-152; SILVA DIAS, José Sebastião da:, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, T. I, Coimbra, 1960, pp.182-185 e t. II, pp.497-500; SÁ, Artur Moreira de: *op.cit.*, pp.247-278; BATAILLON, Marcel: «L'édition scolaire coïmbroise des *Colloques* d'Erasmus», in *Etudes sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, 2^a ed., Paris, 1974 (1^a ed. 1952), pp. 171-198.

²⁶ BATAILLON, Marcel: «Erasmus et la Cour de Portugal», in *Etudes sur le Portugal...*, (1927 para o estudo citado), p. 68; idem, «L'édition scolaire coïmbroise...», pp. 196-197.

ciável na época. Com base em inventários que realizou, Moreira de Sá aponta para um número de cerca de 270 obras de Erasmo no conjunto das bibliotecas portuguesas, que existiriam em Portugal desde o início do século XVI²⁷.

O segundo exemplo que pretendemos aqui referir diz respeito à presença das obras de Frei Antonio de Guevara em Portugal. Se é importante assinalar que a edição de Lisboa de 1529 do *Relox de Principes*, obra com extraordinária difusão em toda a Europa²⁸, é feita em castelhano, por iniciativa de D. João III, poucos meses após a edição de Valladolid, maior significado tem verificar, como fez Fernando Lopes²⁹, a extrema raridade das traduções para português das obras de Antonio de Guevara. Este facto, conjugado com uma presença impressa que se sabe ter sido apreciável - as obras de Guevara figuravam em quase todas as livrarias conventuais em Portugal em numerosos exemplares - tipifica a difusão que o idioma castelhano tinha nos círculos cultos do país. As traduções das suas obras para português são, aliás, além de muito raras, bastante tardias - quase todas do século XVIII - e permanecem, na sua totalidade, manuscritas. Tornava-se, com efeito, desnecessário editar em tradução obras que, como as de Guevara, até pelo sucesso editorial de que se revestiam no país vizinho, com facilidade e rapidez chegavam até nós através dos circuitos do mercado do livro. A quase inexistência de versões portuguesas não deve portanto ser interpretada como indício de um desconhecimento das obras de Guevara em Portugal, mas sim da existência de um apreciável mercado para a circulação dos textos em versão original³⁰. É seguro afirmar que o modelo de difusão das obras de Guevara em Portugal não foi, de todo, excepcional, e que um mesmo processo de difusão se verificou com muitas outras obras de autores castelhanos ou em versão castelhana.

Se é, pois, necessário atender à circulação das obras em língua castelhana que entravam no país, também a tipografia portuguesa de Quinhentos reflecte o ascendente deste idioma entre nós, podendo apontar-se para o conjunto do século XVI, no que diz respeito à edição de obras em castelhano em Portugal, uma percentagem que não anda longe dos 15% do total das obras impressas.

²⁷ SÁ, Artur Moreira de: «II - Edições quinhentistas erasmianas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e Bibliotecas Públicas de Braga, Évora e Porto», in *Três Estudos sobre Erasmo*, Lisboa, 1979, p.187; idem, «Contribuição para o estudo de Erasmo em Portugal: I - Edições quinhentistas erasmianas da Biblioteca Nacional de Lisboa», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, Paris, 1977, pp. 329-416.

²⁸ Sobre Antonio de Guevara e a sua obra, o estudo de referência é o livro de REDONDO, Augustin: *Antonio de Guevara (1480?-1545) et l'Espagne de son Temps. De la Carrière Officielle aux Oeuvres Politico-Morales*, Genebra, 1976. Sobre a presença de Guevara em Portugal, v. BUESCU, Ana Isabel: *Imagens do Príncipe...*, pp. 181-187 e notas.

²⁹ LOPES, Fernando: «Traduções portuguesas de Frei Antonio de Guevara», *Archivo Ibero-Americano. Revista de Estudios Historicos*, nº temático com o título de *Estudios acerca de Fray Antonio de Guevara en el IV Centenario de su muerte*, VI, nºs 22-23, 1946, pp. 605-607.

³⁰ BUESCU, Ana Isabel: *Imagens do Príncipe...*, p.184 e notas.

Precisamente 13,7%, percentagem que calculámos a partir do elenco das 1312 obras constantes da *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* de Anselmo (1926) que, embora incompleto, reflecte a ordem de grandeza da questão que pretendemos sublinhar. O português alcança uma percentagem de 56% e o latim de 30,3%. Se deixarmos de lado as peças de legislação avulsa, o português desce para pouco mais de 50,8%, alcançando o latim os 33,8% e o castelhano os 15,4%. A esta realidade não é alheia, evidentemente, a presença de impressores espanhóis em Portugal. Em apenas dois anos, Luís Rodrigues, impressor e livreiro do rei³¹, publica em língua castelhana a *Celestina*, *Questión de Amor*, traduções da *Fiameta* de Boccaccio, da *Farsalia* de Lucano e do *Enchiridion....* de Erasmo³².

Os números da produção tipográfica em castelhano em Portugal, para o século XVI, são portanto também suficientemente eloquentes no que respeita à dimensão da presença daquele idioma entre as elites e no âmbito a cultura letrada. Mas vejamos um outro lugar onde essa presença é notória e culturalmente significativa: a livraria real onde, já na primeira metade do século XV, no rol dos livros de D. Duarte (1433-38) e no quadro do intercâmbio cultural peninsular acima referido, a presença de obras castelhanas ou em versão castelhana se mostra – lá encontramos, por exemplo, duas crónicas de Espanha ou o *Livro do Conde Luçanor*³³. A análise dos conteúdos da livraria régia na primeira metade do século XVI permite, entre outros aspectos, aquilatar também da importância que o castelhano então assumia no conjunto das obras inventariadas, quer seja de autores e obras cujos originais são escritos em castelhano – como seja o *Tratado de las Armas* de Diego de Valera, dedicado a D. Afonso V, quer de traduções de obras, nomeadamente do latim, para aquela língua, como é o caso da versão castelhana, intitulada *Caida de Principes*, feita por Pedro Lopez de Ayala, da celebrada obra latina de Boccaccio, *De Casibus Virorum Illustrium*, que figura na livraria de D. Manuel, muito provavelmente na edição impressa de 1495³⁴. É, contudo, pela análise da livraria da rainha D. Catarina, cuja composição pode avaliar-se através de um códice relativo às suas despesas e de outros três relativos aos seus bens e jóias, que a presença de obras em língua castelhana se torna mais intensa e reveladora³⁵.

³¹ V. ANSELMO, Artur: «O livreiro Luís Rodrigues», *Cadernos BAD*, 1, 1992, pp.89-94.

³² ASENSIO, Eugenio: *op.cit.*, p.LXVI.

³³ «Estes são os liuros que tinha el rey dom duarte», in *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. diplomática com transcrição de João José Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, 1982, p. 207. Este elenco já fora publicado por Teófilo Braga, acompanhado da identificação das obras e comentários, na *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, T. I – 1289-1555, Lisboa, 1892, pp. 209-228.

³⁴ VITERBO, Francisco de Sousa: «A livraria...», *cit.*, pp. 1-26. Uma contabilização rigorosa revela-se impossível, em virtude da frequentemente deficiente e omissa referência a autores e a títulos. BUESCU, Ana Isabel: «A livraria régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos», *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua Época* (Guimarães, 24-27 de Outubro de 2001), no prelo.

³⁵ VITERBO, Francisco de Sousa: *op.cit.*, pp. 26-41.

A consideração de inventários de livrarias e bibliotecas perfila-se, pois, como uma zona significativa de averiguação da difusão da cultura escrita em língua castelhana em Portugal na Época Moderna, quer no caso de bibliotecas conventuais, quer particulares – veja-se, por exemplo, o muito importante espólio dos livros quinhentistas espanhóis, de proveniência conventual, incorporados após 1834 na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa³⁶, questão que pode apreciar-se num âmbito mais lato através do panorama traçado por Maria Valentina C. A. Sul Mendes para o conjunto das bibliotecas portuguesas³⁷ ou ainda, no que diz respeito às livrarias particulares, o caso da extraordinária biblioteca do erudito autor do *Agiológio Lusitano*, Jorge Cardoso (1609-1669), recentemente estudada por Maria de Lurdes Correia Fernandes, que não hesita em classificá-la como uma «biblioteca ibérica e latina»: do número total de entradas (1222), 38,9% correspondem a títulos em língua castelhana, 36,1% em latim e apenas 12,2% em português³⁸. Outros estudos de bibliotecas eruditas, mesmo para a primeira metade do século XVIII, confirmam o lugar destacado dos livros em castelhano na sua composição³⁹.

Mas os próprios mecanismos de controlo e censura da circulação da palavra escrita são reveladores da presença importante da língua castelhana no Portugal dos séculos XVI e XVII. Uma análise, ainda que não sistemática, dos nove índices inquisitoriais dos livros proibidos em Portugal no século XVI, permite concluir que o número de obras em castelhano atingia uma dimensão muito apreciável, a que não é alheio também o facto de nalguns casos (1547, 1561) esses róis terem por base índices espanhóis de livros proibidos⁴⁰ – o que naturalmente recoloca a questão da circulação de livros num âmbito peninsular. Ao *Rol dos Livros que neste Reyno se prohibem...* (1564), tradução portuguesa do *Index tridentino* publicado nesse mesmo ano em latim, o Inquisidor-Geral Cardeal

³⁶ *Livros Quinhentistas Espanhóis da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, Introdução por José V. de PINA MARTINS, Nota Preliminar, bibliografia e catalogação por Helena GARCIA GIL, Lisboa, 1989. Note-se que o critério de inventariação e catalogação fez incluir nesta lista também as obras latinas, mas impressas em cidades espanholas.

³⁷ MENDES, Maria Valentina C. A. Sul: «O livro quinhentista espanhol em bibliotecas portuguesas», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, nºs 9-10, dedicado ao tema *O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Outº-2001-Outº-2002, pp. 223-235.

³⁸ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia: *A Biblioteca de Jorge Cardoso (†1669), Autor do Agiológio Lusitano. Cultura, Erudição e Sentimento Religioso no Portugal Moderno*, Porto, 2000, pp. 17-18. V. ainda, da mesma autora, «Uma biblioteca ibérica?», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, nºs 9-10, já citado, pp. 123-176.

³⁹ DOMINGOS, Manuela D.: «Erudição no tempo joanino. A livraria de D. Francisco de Almeida», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, nºs 9-10, p. 199.

⁴⁰ V. o estudo pioneiro de REVAH, I. S.: *La Censure Inquisitoriale Portugaise au XVIe siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-simile des Index*, Lisboa, 1960 (publica os três primeiros róis); SÁ, Artur Moreira de: *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no século XVI*, Apresentação, estudo introdutório e reprodução fac-similada dos índices, Lisboa, 1983; J. M. de BUJANDA (dir.), *Index de l'Inquisition Portugaise. (1547, 1551, 1561, 1564, 1581)*, Genebra, 1995.

D. Henrique faz «*acrecetar algûs liuros que nestes Reynos parece que podê fazer dano*»⁴¹, 40 títulos entre os quais se encontram muitas obras castelhanas. Outros testemunhos comprovam que a presença de livros em castelhano é um dado com o qual os agentes da «máquina» inquisitorial se deparam com frequência na sua acção de controlo. No início de 1606, sendo Inquisidor-Geral o Bispo D. Pedro de Castilho (1605-13), a «Instrução e Regimento para os Revedores que ham de visitar as livrarias» era acompanhada de um rol de 31 autores/obras interditas ou problemáticas, entre as quais, para além de Nicolau Copérnico ou Petrarca, surgem obras como *D. Quixote de la Mancha* de Cervantes, *La Hermosura de Angelica* de Lope de Vega, o *Compendio de las Sumas de Casos de Consciencia* de Frei Francisco Lucio Ortiz, *El Curioso de varios Secretos de Naturaleza* de Hieronimo Cortes Vallenciano, Alonço Locano Castelhana - como são referidos - e outros mais não identificáveis⁴². Cerca de dois anos antes, em 19 de Outubro de 1604, o Conselho Geral do Santo Ofício enviava uma carta à Inquisição de Lisboa alertando para notícias que davam conta de uma impressão muito considerável de «*Bíblías e livros de Calvino em lingoagem castelhana*», feita em Inglaterra, acrescentando-se ser «*de crer e de temer que serya com intento de os meter em Espanha*»⁴³. Quer os visitantes dos navios, quer os oficiais da alfândega, quer ainda os familiares do Santo Ofício de todo o país com portos de mar são advertidos para impedir a difusão dessas obras, desde logo em Portugal, onde a sua presença seria na óptica inquisitorial, como estava afinal implícito, igualmente gravosa pela acessibilidade linguística... Impressas em Portugal ou aqui entrando no âmbito dos circuitos do mercado do livro, sujeitas ou não a proibição no âmbito das restrições de circulação impostas pela censura inquisitorial, presentes em livrarias de maior ou menor dimensão e em tendas de impressores e livreiros, nomeadamente em Lisboa, as obras escritas em língua castelhana tinham, pois, um espaço de circulação e um «mercado» assinaláveis no Portugal moderno.

A vitalidade da presença do castelhano não se esgota, no entanto, nos círculos da cultura letrada e erudita que têm na corte o seu pólo irradiador, ou nos conteúdos de bibliotecas e livrarias, conventuais ou particulares, um precioso testemunho, tornando-se patente noutros níveis da sociedade, e assumindo outras modalidades – como a circulação oral. A literatura de cordel e os romances, as canções e os provérbios castelhanos circulavam nas ruas de Lisboa, e a sua presença nas vivências de um quotidiano urbano reflectem-se mesmo na produção literária de autores como Gil Vicente, Chiado e António Prestes⁴⁴. Mas foi o teatro, sem dúvida, o veículo mais importante para a difusão do cas-

⁴¹ *Rol dos Livros que neste Reyno se Prohibem...*, Lisboa, 1564, publ. em edição fac-similada por Artur Moreira de Sá, ed. cit., p. 447.

⁴² BAIÃO, António: «A censura literária inquisitorial», *Boletim da 2ª Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, vol. XII, 1918, doc. VIII, pp. 496-97.

⁴³ *Ibidem*, doc. XXXIII, p. 547.

⁴⁴ ASENSIO, Eugenio: *op.cit.*, p. XLV; VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: *op.cit.*, p. 51.

telhano junto das camadas populares, principalmente urbanas. Mais tarde, já durante a monarquia dual, este ascendente acentua-se, manifestando-se no êxito que o teatro castelhano alcançava não só em Lisboa como noutras zonas do país, conduzindo à progressiva decadência dos autos portugueses de matriz vicentina e da generalidade da produção teatral portuguesa. Num plano socialmente distinto, a importância do castelhano nos círculos cortesãos no século XVI revestir-se-ia, para nobres e letrados, de uma importância instrumental durante a monarquia filipina⁴⁵.

A proximidade proporcionada pelos casamentos régios funciona, como vimos, como um «pano de fundo» em que se tece a crescente importância do castelhano. A presença em Portugal de muitos membros de ordens religiosas, alguns dos quais alcançaram posições de destaque na hierarquia eclesiástica e na própria corte, como capelães, pregadores e confesores de muitos membros da família real, contribuiu igualmente de modo decisivo para intensificar a importância da influência castelhana. Invoquemos, pela sua exemplaridade, o caso de D. Julián de Alva que, vindo para Portugal no séquito da jovem D. Catarina em 1525, alcançou um estatuto de grande relevo na Igreja portuguesa, tendo sido o primeiro bispo da então criada diocese de Portalegre (1549). Num plano mais geral, a presença espanhola tornar-se-ia de tal forma importante e visível na sociedade portuguesa, nomeadamente em cargos de destaque e de exposição pública, que as cortes de 1562-63, primeiras do reinado do jovem D. Sebastião (1557-1578), manifestavam a sua incomodidade perante tal facto, propondo ao monarca «*Que se faça Lei, que se não dê ofício de sua Casa a Estrangeiros, nem Prelazias* (Cap. 16)⁴⁶.

Este ascendente tornou-se bem claro, por outro lado, no âmbito da reforma da Universidade, empreendida por D. João III (1521-1557)⁴⁷. A transferência da Universidade para Coimbra em 1537 marca o início de uma nova era nos estudos superiores em Portugal mas é, por outro lado, o culminar de todo um processo de reformas que, segundo Mário Brandão, vem desde 1527, ano em que D. João III institui cerca de cinquenta bolsas de estudo para a formação universitária (nomeadamente no campo da teologia) de estudantes portugueses no Colégio de Santa Bárbara em Paris. Ainda em 1527, o monarca dá início à reforma de Santa Cruz de Coimbra, reintroduzindo os estudos no mosteiro crúzio, processo que tem de ser visto em articulação com o plano de reformas de D. João III e a

⁴⁵ VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: *op.cit.*, pp.85-91.

⁴⁶ TERRA, José da Silva: «Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina. D. Julião de Alva (c. 1500-1570)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, Paris, 1975, pp.417-506; idem, «D. Julião de Alva (c.1500-1570). Novos documentos», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXVII, *Homenagem a Maria de Lurdes Belchior*, Lisboa - Paris, 1998, pp. 155-184.

⁴⁷ Sobre a Universidade de Coimbra, nomeadamente no que respeita às reformas joaninas, v. BRANDÃO, Mário e LOPES DE ALMEIDA, Manuel: *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, Coimbra, 1937, pp.151-227, e para a obra imprescindível de SILVA DIAS, José Sebastião da: *A Política Cultural da Época de D. João III*, particularmente o vol. I, T. II, Coimbra, 1969.

eventual mudança da Universidade para Coimbra. Em 1533 era já claro por parte do rei o desejo de efectuar essa transferência, que Lisboa pretende evitar a todo o custo, e que é disputada por Évora e Coimbra. Esta última recolheria a preferência de D. João III, numa escolha que parece ter amadurecido ao longo dos anos, e que Silva Dias faz radicar, como razão próxima, na prolongada estadia do rei em Coimbra, em 1527⁴⁸.

Ao ordenar, em 1537, a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, o monarca chamou para mestres portugueses formados pelas universidades de Paris, Salamanca e Alcalá de Henares. A política do envio de bolseiros ao estrangeiro, já prosseguida, embora com uma dimensão muito inferior, por D. Manuel (1495-1521), foi intensificada por D. João III, em articulação com os seus planos de reforma do ensino. Se, nos finais do século XV, o destino preferencial dos estudantes portugueses é a Itália, a partir de D. Manuel as escolas preferidas passaram a ser Paris e Lovaina, especialmente prestigiadas nos estudos teológicos⁴⁹. Os números respeitantes às matrículas dos estudantes portugueses nos colégios de Paris ilustram bem a variação ocorrida na política da concessão de bolsas, e a indiscutível importância, partir dos anos de 1535-40, da Universidade de Paris, em particular o Colégio de Santa Bárbara, na formação dos estudantes portugueses⁵⁰. Tal não significa que Salamanca não mantenha um papel apreciável na formação universitária portuguesa, continuando a atrair poderosamente os estudantes portugueses, aí recrutando D. João III, logo em 1537, os bacharéis António Soares, António Dias, Manuel Veloso, Manuel Vaz, Francisco Coelho. Em 1538 o canonista Bartolomeu Filipe, Manuel da Costa, Isidro Torres e Tomás Rodrigues da Veiga. Em 1539 os juristas Heitor Rodrigues, Aires Pinhel, Rui Lopes, João Pacheco e António Rodrigues⁵¹. Esse poder de atracção prolongar-se-ia por muito tempo, contando-se, para o período da monarquia dual, cerca de 10 000 estudantes portugueses matriculados na Universidade de Salamanca, o que representa cerca de 13% do total das matrículas naquela Universidade⁵².

⁴⁸ SILVA DIAS: *ibidem*, p.579. V. BRANDÃO, Mário e LOPES DE ALMEIDA, Manuel: *op.cit.*, pp. 151-179 e SILVA DIAS, José S. da: *ibidem*, pp. 567-622.

⁴⁹ BRANDÃO: *op.cit.*, pp. 161-162.

⁵⁰ SILVA DIAS: *op.cit.*, p.350, com base em números fornecidos por MATOS, Luís de, na obra *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950. Sobre a importância de Santa Bárbara, v. também BRANDÃO, Mário: *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol.I, Coimbra, 1948, pp. 1-253.

⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *Os Portugueses no Estudo de Salamanca, I - (1250-1550)*, Lisboa, 1962 e SILVA DIAS, *op.cit.*, pp. 605-609.

⁵² VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: *op.cit.*, p.79, com base em dados fornecidos por Ángel MARCOS DE DIOS, na sua tese de doutoramento, *Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*, que, apesar de publicada, não conseguimos consultar. V. no entanto os dados que Marcos de Dios avança na obra dirigida por Manuel FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, e coordenada por Laureano ROBLES CARCEDO e Luís Enrique RODRÍGUEZ-SAN PEDRO, *La Universidad de Salamanca, I - Trayectorias y Proyecciones*, Salamanca, 1989, Parte 3ª, Cap.II, «Area Lusa», pp. 424-444. Sobre esta questão, v. ainda os quadros relativos à origem geográfica dos estudantes nas várias universidades espanholas na

Muitos lentes espanhóis (alguns dos quais transitaram do Estudo de Lisboa), foram também convidados a integrar o corpo docente da Universidade de Coimbra. Entre eles contam-se nomes como Alfonso de Prado, Luís de Alarcón e Francisco de Monçon (este último dos poucos professores transferidos do Estudo de Lisboa, onde leccionava desde 1535⁵³), todos mestres reputados em Alcalá, Juan Fernández, que ensinara Retórica em Salamanca e Alcalá, Rodrigo de Reynoso, Alonso Rodriguez de Guevara, João de Morgovejo, Fr. João de Pedraza, João Fernandes, Mateus Aranda. Mas os dois maiores nomes, verdadeira «coroa de glória» de D. João III são o teólogo Frei Martinho de Ledesma, dominicano de Alcalá, embora de formação salmantina e discípulo de Francisco de Vitória, e o canonista Martín Azpilcueta Navarro. Este último, mestre reputado em Salamanca, ensinara já nas Universidades de Cahors e Toulouse, ocupando em Salamanca as cátedras de Decreto (1532-1537) e de Prima de Cânones, em 1538. O seu prestígio era tal que só uma autorização especial de Carlos V, concedida em Agosto de 1538, permitia a Azpilcueta Navarro ensinar em Coimbra por dois anos, tendo a Universidade de Salamanca protestado com veemência contra a sua saída⁵⁴. A quantia que veio receber estava de acordo com o prestígio de que gozava e com a vontade de D. João III em assegurar os seus serviços na Universidade de Coimbra, gabando-se o próprio Navarro de «*auferir ordenado superior a quantos até então se pagaram nas universidades da nossa Península ou da França*», facto que originou comentários de admiração e até de um certo despeito do prestigiado humanista flamengo Nicolau Clenardo⁵⁵. As *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*⁵⁶ e o *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante* (1729)⁵⁷, obras da autoria do académico Francisco Leitão Ferreira⁵⁸, revelam-se bem significativas a propósito da importância do número de espanhóis

excelente obra de KAGAN, Richard., *Universidad y Sociedad en la España Moderna*, Madrid, 1981 (1ª ed. americana 1974), p. 253, particularmente os quadros 5.1. e 5.2., reveladores da amplitude que a presença dos estudantes portugueses assume na Universidade de Salamanca. V. também, para os primeiros anos do século XVI, MARQUES, Armando de Jesus: *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos Escolares Lusos no Governo do Estudo (1505-1512)*, Salamanca, 1980 (recensão de A. MARCOS DE DIOS nos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, 1982, pp. 942-944).

⁵³ FERREIRA, Francisco Leitão: *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, 2ª Parte, vol. I, 1938, p. 29.

⁵⁴ FERREIRA, Francisco Leitão: *op.cit.*, p. 184 e «Nota crítica» de Joaquim de Carvalho, pp.602-604; SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *op.cit.*, pp.104-105.

⁵⁵ BRANDÃO, Mário: *op.cit.*, p. 193, e CEREJEIRA, Manuel Gonçalves: *O Renascimento em Portugal I - Clenardo*, 4ª ed., Coimbra, 1974, pp. 138-140.

⁵⁶ Quatro volumes, publicados entre 1937 e 1944, por iniciativa de Joaquim de CARVALHO.

⁵⁷ Editado por CARVALHO, Joaquim de, Coimbra, 1937.

⁵⁸ V. *Bibliotheca Lusitana*, T. II, pp.169-173; *Dicc.Bibliographico Portuguez*, T.II, pp.415-417; sobre a sua faceta de teórico da literatura, v. PONTES, Maria de Lourdes Belchior: «História literária e história das ideias - a teorização do barroco na Península Ibérica: Gracián impugnado por Francisco Leitão Ferreira», in *Os Homens e os Livros. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1971, pp. 159-169.

que ensinaram na Universidade de Coimbra, cimentando uma influência cultural indiscutível.

E, contudo, a questão da língua é objecto, no século XVI, da atenção dos gramáticos, que conduz quase invariavelmente à defesa e ilustração do idioma nacional. É no âmbito do pensamento humanista que em toda a Europa, e aparentemente de modo paradoxal⁵⁹, - uma vez que a língua veicular por excelência do humanismo é o latim - se forja a concepção decisiva da dignidade das línguas vulgares. Essa indiscutível preeminência do latim como língua veicular da cultura do humanismo não deve, de facto, fazer perder de vista a evolução, sem retorno, no sentido da ascensão das línguas vernáculas. O aparecimento das primeiras gramáticas nacionais na viragem para o século XVI, tendo embora como modelo o paradigma latino, vem sustentar e legitimar a dignidade das línguas vernáculas perante a multissecular supremacia do latim como língua veicular de cultura. As *Prose della Volgar Lingua* (1525) do veneziano Pietro Bembo, o *Diálogo de la Lengua* (c. 1535) do espanhol Juan de Valdés ou a *Défence et Illustration de la Langue Françoise* (1549) do francês Joaquim du Bellay ilustram, no século XVI, o culminar de uma noção que já Dante (1265-1321) enunciara no tratado *De Vulgari Eloquentia*: «*Nobilior est vulgaris*»⁶⁰.

Neste sentido, pode falar-se da ambiguidade do triunfo do latim na época renascentista, já que, por um lado, está inexoravelmente em marcha a afirmação das línguas vulgares e, por outro, a própria recuperação do latim da época clássica dará origem à polémica sobre a imitação, que entre os séculos XV e XVI dividiu os humanistas⁶¹, e culminou na intervenção de Erasmo que, no *Dialogus Ciceronianus* (1528), denuncia os excessos formais do ciceronianismo e a «*escravatura da imitação*»⁶². A concepção de Erasmo, partilhada por outros humanistas, ao considerar que o latim deve ser uma língua viva, de conversação corrente, língua veicular aberta aos neologismos e à evolução sintáctica para responder às necessidades culturais da época, afastando-se do sistema fechado dos ciceronianos, é também ela uma posição perdida à partida, que não contempla o fenómeno de ascensão das línguas nacionais, potenciado pelo aparecimento da imprensa⁶³ e pela pressão dos progressos da escolarização elementar. O latim clássico seria, em definitivo, uma

⁵⁹ Como observa TEYSSIER, Paul : «L'humanisme portugais et l'Europe», in *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XX Colloque International d'Etudes Humanistes* (Tours, 1978), Paris, 1984, p. 841.

⁶⁰ BUESCU, Maria Leonor: *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, Lisboa, 1992, pp. 11-60; HINOJO, Gregorio: «Llatí versus vulgar: antecedents e conseqüències d'una polèmica», in *Llengua i Religió a l'Europa Moderna*, Barcelona, 1997, pp. 59-86.

⁶¹ GARIN, Eugenio: *La Educación en Europa, 1400-1600. Problemas y Programas*, Barcelona, 1987, pp. 83-102.

⁶² ROTERDÃO, Erasmo de : *Le Ciceronien*, in *La Philosophie Chrétienne*, Introduction, traduction et notes de Pierre Mesnard, Paris, 1970, p. 263.

⁶³ V. MCLUHAN, Marsahll : *La Galaxie Gutenberg. La Genèse de l'Homme Typographique*, vol. II, Paris, 1977, pp.415-423. V. ainda TROVATO, Paolo: «La impremta i la fixació de les llengües modernes: el cas Italià», in *Llengua i Religió a l'Europa Moderna*, cit., pp. 87-99.

aquisição social e culturalmente restrita, e o papel que ilusoriamente Erasmo para ele concebera como língua de criação e de transmissão cultural haveria de caber, de forma irreversível, às línguas nacionais.

Em Portugal a questão ganha, no entanto, contornos distintos, justamente em virtude do fenómeno do bilinguismo. A afirmação do português não passa apenas pela sua posição face ao latim, mas igualmente perante o castelhano⁶⁴, «resposta» que deve ser avaliada no quadro mais amplo de um movimento de expansão desta língua no âmbito peninsular, em que é necessário também atender, num quadro comparativo, aos casos da Galiza e da Catalunha⁶⁵. É portanto neste processo de valorização das línguas vernáculas, mas também de reacção aos avanços do castelhano, que surgem entre nós as primeiras gramáticas da língua portuguesa, já no século XVI: a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira (verdadeiramente uma primeira anotação sobre a língua, como o próprio autor afirma), e a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, significativamente seguida do *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540), ou o hoje desconhecido tratado em louvor da língua da autoria de António Pinheiro⁶⁶. O discurso que todas elas veiculam acaba afinal, embora com fundamentos e finalidades distintas, por ir no mesmo sentido da voz magoada de António Ferreira, do tom pícaro do *Prólogo da Comédia Eufrosina*⁶⁷, ou da constatação da *Comédia Avleografía* (1619) de Ferreira de Vasconcelos, em que o português Artur do Rego, dirigindo-se ao castelhano Agrimonte, refere, em tom de evidente censura, serem os portugueses «tão inclinados à lingoa Castelhana, que nos descontenta a nossa, sendo dina de mayor estima [...]», tendendo assim a «anichilarmos sempre o nosso, por estimarmos o alheyo»⁶⁸. Censura que neste, como em muitos outros casos, se articula e por vezes se não distingue da exortação ao nacionalismo linguístico. A afirmação do português perante o castelhano encontra em Pêro de Magalhães de Gândavo uma concretização bem explícita no diálogo em defesa da língua portuguesa que o autor publica a seguir às *Regras que ensinam a maneira de escrever...* (1574) entre o português Petrônio e o castelhano Falêncio⁶⁹. Sintetizando, há portanto uma coe-

⁶⁴ TEYSSIER, Paul: *op.cit.*, p. 842. V. também BUESCU, Maria Leonor: *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Lisboa, 1984, especialmente pp. 217-236.

⁶⁵ CASTRO, Ivo: *op.cit.*, pp. 22-23.

⁶⁶ Sabemos da existência deste tratado por referência expressa do próprio António Pinheiro na dedicatória a D. João III da sua tradução, em 1541, do *Panegírico* de Plínio a Trajano. No âmbito de uma censura veemente aos portugueses que consideram a sua língua «pobre nom copiosa, dura nom ornada», e de um vibrante elogio da mesma, António Pinheiro refere que «contra estes domesticos imigos da lingoa Portuguesa escreui mais largamente em hum Tratado, que fiz da eloquencia Portuguesa». PINHEIRO, António: *Trelladaçam do Panigyrico de Plinio [...] em Nossa Vulgar Lingoagem: Dirigida ao Mui alto, e Mui Poderoso Rei D. Joham o Terceiro Nosso Senhor*, in FARINHA, Bento José de: *Colleçam das Obras Portuguezas do Sabio Bispo de Miranda e de Leyria D. Antonio Pinbeyro...*, vol.II, Lisboa, 1785, pp. 8-9.

⁶⁷ VASCONCELOS, Jorge Ferreira de: *Comédia Eufrosina*, ed. citada, pp. 7-8.

⁶⁸ Idem, *Comédia Avleografía*, Acto Segundo, cena 9, Lisboa, 1619, fol.67-67v.

⁶⁹ GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de: *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Orthographia da Llingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em Defensam da Mesma Lingua*, Lisboa, ed. fac-

xistência, explícita a partir de meio do século XVI, entre duas realidades culturais de sentido contrário: a difusão e o uso corrente do castelhano entre letrados e homens de cultura mais ou menos próximos de uma corte bilingue, e a afirmação solene, protagonizada por vezes por intelectuais não menos próximos dessa mesma corte – lembremos João de Barros – da dignidade da língua portuguesa, de uma língua portuguesa que é já então, também, para retomarmos expressão consagrada, «companheira de um império»...

O estatuto do castelhano durante a monarquia dual (1580-1640) deve ser considerado à luz destes condicionalismos, para evitar leituras que podem ser equívocas. Com efeito, o bilinguismo, agora sustentado pela existência de uma unidade política, surge como um elemento cuja vitalidade, embora condicionada e estimulada pela conjuntura, se insere, pois, numa tendência estrutural que lhe é anterior – o que não significa, como acabámos de sublinhar, que esse uso do castelhano fosse absolutamente consensual entre os intelectuais. Este é, em termos históricos e culturais, um dado absolutamente inquestionável. O que há é, evidentemente, todo um conjunto de novas situações proporcionadas pelo facto de a opção linguística poder revestir agora um significado político⁷⁰. A apreciação deste elemento deve, no entanto, obviar a uma interpretação mais apressada dessa opção, ou seja, não deve proceder-se a uma identificação simplista entre a utilização do castelhano com a adesão ao domínio filipino e a escolha do português como «bandeira» de afirmação da nacionalidade. Ambas as situações se verificam, é certo, mas não pode estabelecer-se um paralelismo rígido entre a opção linguística e a lógica das fidelidades políticas, como o fez, de certo modo, alguma da historiografia tradicional entre nós. Se assim não fosse, multiplicar-se-iam – como aliás aconteceu – as zonas de perplexidade. Com efeito, o uso da língua castelhana é por vezes um indício claro do alinhamento político do autor, como sucede, por exemplo, com o padre Bartolomeu Filipe, autor do *Tratado del Consejo y de los Consejeros de los Principes* (1584), obra em que se defendem com vigor os direitos de Filipe II ao trono português, e que é dedicada ao cardeal arquiduque Alberto de Áustria, vice-rei de Portugal desde 1583; noutros casos esse uso surge como aquilo que poderá ser apelidado de sentido da oportunidade, como é o caso de Jerónimo Corte-Real e a sua *Felicissima Vitoria...* (1578)⁷¹; em muitos outros como o instrumento de um serviço para a obtenção

similada com Introdução de Maria Leonor BUESCU, Lisboa, 1981 (1ª ed. 1574). V. ainda ALMEIDA, Isabel., «Inventer en castillan, illustrer le portugais: les exemples de Pero de Magalhães Gândavo et de Jorge Ferreira de Vasconcelos», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIV, já citado, pp. 59-73.

⁷⁰ VÁSQUEZ CUESTA, Pilar., *op.cit.*, p. 62.

⁷¹ *Austriada* é o título com que é mais conhecido em Espanha o poema em castelhano da autoria de Jerónimo CORTE-REAL (1530?-1590?), publicado em Lisboa, em 1578, e dedicado a Filipe II, e que celebra a vitória de D. João de Áustria na célebre batalha de Lepanto contra a armada otomana, em 1571. O manuscrito original, intitulado *Espantosa, y felicissima victoria cõcedida del cielo al señor Don Juan d'Austria enel golfo de Lepanto, dela poderosa armada Othomana, enel año de*

de uma mercê, como acontece com André Falcão de Resende, cujo percurso e produção poética reflectem, após 1580, um claro comprometimento com a nova ordem política⁷²; noutros ainda como o instrumento irrecusável de uma função – é o caso, por exemplo, do *Directorio Sacado de las Vidas i Hechos de los Esclarecidos Reyes de Portugal* (1634), sucessão cronológica das vidas dos reis portugueses, escrito por ordem de Filipe III pelo cronista-mor Frei António Brandão, para a instrução do jovem príncipe Baltasar Carlos (1629-1646), herdeiro do trono de Espanha e Portugal⁷³. Em muitas outras situações, contudo, essa bipolaridade linguística não é senão a manifestação, mais ou menos ambígua, mais ou menos oportuna, conforme os casos, de um dado cultural enraizado.

O caso de Francisco Rodrigues Lobo surge como particularmente sugestivo. Protegido da Casa de Bragança, cuja corte frequentava, Rodrigues Lobo é autor do panegírico da figura fundadora de Nuno Álvares Pereira na obra *O Condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira* (1610), que dedica a D. Teodósio⁷⁴. Na sua obra incluem-se, no entanto, em castelhano, a *Primeyra e Segunda Parte dos Romances* (1596), o *Auto del nacimiento de Christo, y edicto del Emperador Augusto Cesar* (1676), e *La jornada que la Magestad Catholica del Rey Felipe Tercero hijo al Reyno de Portugal y el triunfo y pompa con que le recibió la insigne ciudad de Lisboa compuesta en varios romances* (1623), obra encomendada a Rodrigues Lobo pela Câmara de Lisboa e que, pelo seu teor, lançou a suspeita do castelhanismo de Lobo, em virtude do flagrante contraste com o espírito da *Corte na Aldeia*⁷⁵. A *Primeyra e Segunda Parte dos Romances*, obra de juventude de Rodrigues Lobo, raríssima⁷⁶, inclui sessenta romances, dos quais quatro em português, cinquenta e cinco em castelhano e um deles bilingue. Este facto não obsta a que algumas das palavras mais vibrantes de afecto pela língua portuguesa surjam na sua *Corte na Aldeia* (1619), pela boca do

nuestra saluacion de M.D.L.XXI. Compuesta por Ieronimo Corte-Real cauallero Portugues. Año de mil y quinientos LXXV, autógrafo e ricamente iluminado, encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid (Mss. 3693), e foi oferecido por Corte Real a Filipe II em 1576, portanto ainda antes da edição impressa.

⁷² RAMALHO, Américo da Costa: *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 205-94.

⁷³ BNM, mss. 2850, 74 fols. + 6 folhas de guarda. V. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando: «La herencia portuguesa de Baltasar Carlos de Austria. El *Directorio* de fray Antonio Brandão para la educación del heredero de la monarquía católica», *Cuadernos de Historia Moderna*, 9, 1988, pp. 47-61.

⁷⁴ JORGE, Ricardo: «Francisco Rodrigues Lobo. Ensaio biográfico e crítico», publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*, vols. III (1914), IV (1915), V (1916), VI (1917), e VII (1918); v. vol.III, Coimbra, 1914, o cap.III intitulado «Na casa de Bragança», pp. 515-539.

⁷⁵ JORGE, Ricardo: *op.cit.*, T. III, 1914, «O castelhanismo», pp.731-751, e as palavras de perplexidade de Afonso LOPES VIEIRA no «Prefácio» à sua edição da *Corte na Aldeia* (Lisboa, 1945, ed.consultada,1972), afirmando que «o paradoxo da Jornada filipista com que F.R.L. rematou desgraçadamente a sua carreira de escritor [...] nos aparece com inexplicável transigência por parte de quem cuidou em manter tão aceso o fogo sagrado», p. XIV).

⁷⁶ Dela existe um único exemplar, na Biblioteca da Hispanic Society of America, tendo o próprio Ricardo Jorge consultado apenas a 2ª edição, de 1654, ela mesma muito rara; v. JORGE, Ricardo: *op.cit.* vol. VI, Coimbra, 1917, pp. 401-402)

jovem fidalgo D. Júlio, em resposta à questão colocada pelo senhor da casa, Leonardo, sobre se «[...] na prática, em voz, e na escritura considerada, tem bom lugar a nossa língua Portuguesa: porque ouço de má vontade a alguns naturais que tratam mal dela e a condenam por grosseira e limitada». Na resposta, D. Júlio fará um longo panegírico da língua portuguesa, em que é simultaneamente muito claro o tom de crítica aos que desprezavam o idioma pátrio, apelidando-o de limitado e grosseiro, fazendo radicar aí outras opções linguísticas⁷⁷.

A exaltação do português não constitui também necessariamente um emblema da recusa do domínio filipino - interpretação que acabou por se tornar dominante e inquestionada para certa historiografia. Caso extremamente significativo é o de Duarte Nunes de Leão, fiel - embora desencantado - partidário da monarquia dual e autor da *Ortographia da Lingoa Portuguesa* (1576) e da *Origem da Lingua Portuguesa* (1606). A publicação em 1865⁷⁸, do até então inédito *Memorial de Duarte Nunes de Leão e Relação dos Serviços, para o Valido d'Elrey Felipe* [Cristóvão de Moura], em que dá circunstanciadamente conta dos serviços prestados «para a V.S^a constar mais claramente de meus agravos, e poder mais facilmente julga-los»⁷⁹, permite constatar o tom ressentido e insatisfeito de Nunes de Leão, que considera não terem sido suficientemente reconhecidos os serviços e a fidelidade demonstrada a Filipe II. Essa fidelidade ficara nomeadamente demonstrada com a defesa da legitimidade do monarca espanhol ao trono português, através da contestação dos escritos de Frei José Teixeira em favor de D. António, Prior do Crato, na *Genealogia Verdadera de los Reyes de Portugal* (1590 e 1608), que invoca com pormenor no *Memorial*⁸⁰.

Caso que deve ser também destacado é o de Frei Bernardo de Brito (1569-1617), cuja apologia do idioma nacional - que escolhe em vez do castelhano, em virtude, como afirma, da sua adequação privilegiada para o discurso histórico - tem sido tradicional e indiscutidamente considerada em articulação com o «espírito autonomista»⁸¹ que preside à concepção e realização da *Primeira Parte da Monarchia Lusitana* (1597)⁸². A questão pode, no entanto, não ser assim tão simples, nem essa articulação tão evidente. É sabido que a sua relação com a corte castelhana era próxima, conseguindo Brito ser nomeado cronista-mor do

⁷⁷ LOBO, Francisco Rodrigues: *Corte na Aldeia*, «Diálogo I. Argumento de toda a obra», Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de CARVALHO, Lisboa, 1992, p. 68.

⁷⁸ N^o *O Instituto*, vol. XI, Coimbra, pp.164-167.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 165.

⁸⁰ V. também BAIÃO, António: «A censura literária inquisitorial», já citado, doc. XXVIII e XXIX, pp.540-542.

⁸¹ Utilizamos aqui a expressão consagrada por CIDADE, Hernâni: *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, s/d [1940].

⁸² BRITO, Frei Bernardo de: «Prologo aos leitores, em que se daa rellação da ordem, & modo de proceder, que se goarda nesta Monarchia Lusytana», *Primeira Parte da Monarchia Lusitana*, edição fac-similada da edição de 1597, com Introdução de A. da SILVA REGO, e notas de António Alberto BANHA DE ANDRADE e M. dos SANTOS ALVES, Lisboa, 1973, p.3.

reino por morte de Francisco de Andrada em 1614, por ordem de Filipe II. Em 1611, ainda antes da morte de Andrada, Bernardo de Brito deslocara-se a Madrid, ocasião em que terá eventualmente assegurado junto de Filipe II o cargo de cronista-mór⁸³. Já em 1591 Brito estivera em Madrid, talvez, como afirma Frei Fortunato de S. Boaventura, para « *pessoalmente dedicar a ElRei Catholico a Monarchia Gentilica [primeira versão, posteriormente muito alterada, da futura Monarquia Lusitana, versão terminada por Brito em 1592⁸⁴], e pedir-lhe auxilio para adiantar huma obra em que hia tanto o credito de ambas as Monarchias*»⁸⁵. O próprio Brito apenas se refere em termos vagos a essa viagem⁸⁶. Ainda em 1597, pouco depois da publicação da Primeira Parte da *Monarchia Lusitana*, que dedica a Filipe II, o monarca concedeu-lhe o título de cronista-geral, favor régio que lhe abriu as portas para ser nomeado cronista-geral da Ordem de Cister, de que publicaria a Primeira Parte da *Crónica* em 1602. Pouco depois da morte de Francisco de Andrada, por carta de 12 de Julho de 1614, Filipe II nomeia-o para aquele cargo⁸⁷, « *a que elle aspirava desde longo tempo*»⁸⁸. Frei Bernardo de Brito morreu em 1617 em Almeida, sua terra natal, no regresso de mais uma viagem a Madrid, onde se deslocara « *não só para dar conta destes seus trabalhos [o projecto de edição das crónicas dos reis de Portugal existentes na Torre do Tombo, e de escrever a crónica de D. Sebastião] ao Soberano, que lhos encomendára, mas tambem para lhe agradecer de viva voz a nomeação de Chronista mór [...]*»⁸⁹.

Ora Bernardo de Brito que, como dizíamos, faz a apologia do idioma nacional na construção da obra que cristalizaria como «emblemata» do «espírito autonomista», parece ser o autor de uma obra, que ficou manuscrita e entretanto se perdeu, a que não tem sido dado relevo, de defesa dos direitos de Fili-

⁸³ Desta viagem apenas fala Frei António da Visitação FREIRE, na sua «Vida de Frei Bernardo de Brito», que constitui o prólogo à 3ª edição da *Monarchia Lusitana*, na *Collecção dos Principaes Autores da Historia Portugueza* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, T. I, Lisboa, 1806, pp. L-LI.

⁸⁴ Conforme indicação autógrafa do códice alcobacense 227. V. *Inventário dos Códices Alcobacenses*, III, 1932, pp. 193-194.

⁸⁵ S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de: «Memoria de algumas particularidades com que se póde accrescentar, e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Chronista mór Fr. Bernardo de Britto», «Memorias dos Correspondentes», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VII, 1821, p. 24.

⁸⁶ « [...] achandome eu no anno de nouenta & hum, no insigne Mosteiro do Escorial, & andando agoardando pera falar a elRey dō Philippe segundo do nome, sobre certos negocios de importãcia [...] » *Monarchia Lusitana*, Primeira Parte, Livro IV, cap. VII, p. 336.

⁸⁷ Carta publicada na *Collecção Chronologica de Legislação Portugueza, 1613-1619*, Lisboa, 1855, pp. 89-90 e 122-123.

⁸⁸ S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de: *op.cit.*, p. 27.

⁸⁹ S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de: *op.cit.*, p. 28. Sobre Bernardo de Brito, além de Frei Fortunato de S. Boaventura e de Frei António da Visitação Freire, v. MACHADO, Diogo Barbosa: *Bibliotheca Lusitana*, T.I, pp.524-528; PIMENTA, Alfredo: *Os historiógrafos de Alcobaca*, Lisboa, 1943, SILVA REGO, A. da: «Introdução» à Primeira Parte da *Monarquia Lusitana*, Lisboa, 1973, pp. XI-XXX; SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. II, Lisboa, 1973, pp. 43-53.

pe II ao trono português, intitulada: *Disfraz de amor; cuentase la guerra de Portugal, y el derecho, que la Magestad del Rey Filippe II nuestro Señor tiene àquel Reyno*. Atribui-se-lhe também um *Elogio de Felipe II de Castella* (1591), em oitava castelhana⁹⁰. O *Disfraz...* teria sido composto por Frei Bernardo de Brito aquando da sua viagem a Madrid, em 1611, e ter-se-ia revelado decisiva para a atribuição por Filipe II do cargo de cronista-mor, em detrimento de Paiva de Andrada. A provar-se a autoria de Brito, D. António da Visitação Freire, seu biógrafo, procura encontrar, com visível pouco à vontade, uma explicação: tratar-se-ia, nas suas palavras, mais de «*huma produção efemera, dirigida a regular as opiniões do tempo deste Reino, do que hum Documento de fidelidade*». E acrescenta: «*Exemplo triste, mas não raro nos Annaes do Mundo, do sacrificio de huma boa causa aos interesses, e prestigios do poder, auctorizado pela força e pela fortuna!*»⁹¹. Visível é também a perplexidade de Frei Fortunato perante uma questão que claramente o perturbava. É ou não Frei Bernardo de Brito, assíduo frequentador do Escorial, protegido e promovido por Filipe II, autor do *Disfraz de amor*, cujo subtítulo [...] *el derecho que la Magestad del Rey Filippe [...] tiene àquel Reyno*, não deixa dúvidas quanto à fidelidade política do autor, e em cuja obra Frei Fortunato inclui ainda um desconhecido *Elogio a D. Cristóvão de Moura, I Marquez de Castello Rodrigo* em prosa portuguesa (1591)?⁹². Embora os dados não abundem, parece ser necessário proceder a uma reapreciação da figura de Frei Bernardo de Brito, que a história quase se limitou a cristalizar como um dos expoentes máximos, no campo da historiografia, do «espírito autonomista». O aparecimento do *Disfraz de Amor* permitiria, sem dúvida, esclarecer certos silêncios e zonas de sombra sobre quem, ao discorrer sobre a dominação romana da Lusitânia, estabelece uma analogia entre a resistência de alguns lusitanos ao poder romano e factos mais recentes, «[...] *no tempo, que el Rey Dom Phylippe tomou pòsse do Reyno de Portugal, com algũa resistencia dos que tinhão contraria opinião à sua muyta justiça*»⁹³.

De qualquer modo, após 1580, a opção pelo castelhano passa, com pertinência ou sem ela, a ser conotada com um eventual alinhamento político, o

⁹⁰ No artigo que dedica a Frei Bernardo de Brito na *Bibliotheca Lusitana*, Barbosa Machado limita-se a apontar, no elenco das obras manuscritas de Brito, a autoria do *Disfraz de amor*, acrescentando laconicamente: «*Desta obra da noticia Franckenau in Bib. Hisp. Gen. Herald. p.62, § 179 dizendo conservarse na Real Bibliotheca do Convento do Escorial Plut. P. Serie V.n.17*», *op.cit.*, p.528. Frei Fortunato de S.Boaventura e Frei António da Visitação Freire são os únicos autores que a elas se referem detalhadamente, incluindo-a no elenco das obras duvidosas de Brito.

⁹¹ FREIRE, D. António da Visitação: *op.cit.*, pp. L-LIII.

⁹² S. BOAVENTURA, Fortunato de: *op.cit.*, p.39.

⁹³ *Monarchia Lusitana*, Primeira Parte, Livro IV, cap. XV, p. 260v. ZARCO CUEVAS, Julián: vol. III do seu *Catalogo de los Manuscritos Castellanos de la Real Biblioteca de El Escorial*, Madrid-El Escorial, 1929, refere, nos «Apendices», a existência do *Disfraz de amor*, incluído no elenco dos manuscritos desaparecidos no incêndio que assolou a biblioteca em 1671 ou posteriormente. *Op.cit.*, p.510. Agradecemos ao Prof. Fernando Bouza Alvarez que confirmou a inexistência do manuscrito de Brito na Biblioteca do Escorial.

que conduz a uma nova dimensão do discurso condenatório do seu uso – que, como vimos, já no século XVI ocupara gramáticos e linguistas – e, por outro lado, à definição de uma posição defensiva de justificação dessa escolha. Posição defensiva que vemos bem explícita em Jerónimo Corte-Real, que no «Prologo» da *Austriada* (1576), dedicada a Filipe II, assim justifica o uso da língua castelhana no seu longo poema épico: «*La lengua y frasis castellano escogi, aunque murmurado y arguido de algunos de mi patria con los quales no me a valido dezir que los Mendocas, y Baçanes de Castilla abuelos mios a ello me dan licencia, cuya sangre en vn mismo grado me fuerça, y obliga quasi con igual razon*»⁹⁴. O período da monarquia dual veio, portanto, no que diz respeito à questão da opção linguística, acentuar uma tendência que já de há muito se verificava – embora, como acabamos de ver, com novas potenciais leituras –, mas a recuperação da independência política em 1640, por seu turno, não virá significar uma ruptura com esse ascendente da língua castelhana, que continuará a ter uma importância social, cultural e até política bem significativa entre nós. Se, pela dimensão simbólica que implica, é sintomático constatar que o próprio rei D. João IV, fundador da dinastia de Bragança, reconhecido melómano, escolhe o castelhano para algumas composições de sua autoria⁹⁵, a figura de Francisco Manuel de Melo exprime de modo flagrante a continuada vitalidade do bilinguismo após a Restauração⁹⁶. Essa vitalidade é bem evidente, numa perspectiva mais lata, nos círculos da cultura literária e histórica, que é possível aferir de modo bastante aproximado através da actividade de instituições como as academias.

Em Portugal, e deixando de lado os casos da Academia Real da História (1720) e da Academia Real das Ciências (1779), instituições de iniciativa régia inspiradas no modelo francês, as academias particulares, como espaços que pretendiam corresponder a novos padrões de sociabilidade no campo das letras e das ciências, embora mal conhecidas, alcançaram a partir de meados do século XVII uma notoriedade significativa. Pela importância que chegaram a ter, devem referir-se a Academia dos Singulares, fundada em Lisboa em 1628, com novo período de actividade em 1663-65, e a Academia dos Generosos, fundada por António Álvares da Cunha em 1647, também caracterizada por uma actividade descontínua, interrompida em 1667 e reactivada em 1685-86 graças a D. Luís da Cunha, e em 1696 e 1717 pelo incansável conde da Ericeira, Francisco Xavier de Menezes, sob o nome de «Conferências Eruditas». A esta última, considerada por Fidelino de Figueiredo como «*a mais importante do século XVII pela qualidade dos seus socios e pela regularidade relativa dos seus trabalhos*»⁹⁷,

⁹⁴ V. *supra*, nota 73. BNM, Mss. 3693, «Prologo».

⁹⁵ *Bibliotheca Lusitana*, T. II, p. 574. V. Sousa VITERBO: *A Livraria de Musica de D. João IV e o seu Index. Notícia Historica e Documental*, Lisboa, 1900, 19 p.

⁹⁶ Veja-se o elenco das suas obras, manuscritas e impressas, na *Bibliotheca Lusitana*, T. II, pp. 182-188, que dá bem conta desta dimensão que pretendemos sublinhar.

⁹⁷ FIGUEIREDO, Fidelino de: *Historia da Litteratura Classica. 2ª Epocha: 1580-1756*, Lisboa, 1921, p. 39.

espaço de cariz aristocrático que o próprio nome indicia (Generosos=nobres), pertenceu por exemplo Francisco Manuel de Melo, e nela participaram, nas suas várias épocas de funcionamento, destacados intelectuais como Rafael Bluteau, Manuel Caetano de Sousa, Francisco Leitão Ferreira e José Barbosa. Muitas outras, como a Academia dos Solitários (Santarém, 1664), a Academia dos Únicos (Lisboa, 1691?), a Academia Instantanea (Porto, finais do século XVII), a Academia dos Ilustrados (Lisboa, 1716), a Academia dos Laureados (Santarém, 1721), a Academia dos Problematicos (Guimarães, 1721), dão conta do vigor que este tipo de instituições teve no século XVIII em Portugal⁹⁸.

A Academia dos Singulares é bem reveladora da expressiva presença do castelhano no conjunto das composições reunidas em dois volumes, em que existem composições em castelhano de 29 autores, fruto do ascendente que a literatura espanhola do «Século de Ouro», nomeadamente a presença tutelar de Gôngora, tinha na cultura literária portuguesa da época⁹⁹. Por seu turno, o segundo certame de 1663 da Academia dos Generosos¹⁰⁰ inclui cerca de quarenta composições em latim e cerca de cem em português e castelhano¹⁰¹. Ainda no mesmo volume, nos onze temas do *Certamen Academico em Onze combates na palestra dos Generosos de Lisboa* é também extremamente significativo o conjunto das composições em língua castelhana¹⁰². Ou seja, bem entrado o século XVII, a presença do castelhano não se confina, de algum modo, a uma dimensão erudita e livresca – que podemos rastrear na composição de bibliotecas e livrarias – mas testemunha outras modalidades de uso que confirmam o ascendente da língua e de modelos literários nos círculos cultos do país.

A vitalidade do castelhano é também patente nos círculos políticos, onde ganha um espaço decisivo na configuração de um discurso político de propaganda e legitimação da nova dinastia, apuós a restauração da independência política (1640). Também aqui, a lógica que impera não é a da fidelidade política, mas a das necessidades da propaganda. Neste sentido, a opção linguística, nomeadamente no que diz respeito às obras de intenção polémica e diplomática de algumas das figuras mais marcantes do discurso legitimador da dinastia brigantina oscila, como se compreende em virtude da menor ressonância que teriam se fossem escritas em português, entre o castelhano e o latim. Tanto António Pais Viegas (? -1650), como João Salgado de Araújo (? - ?) ou Luís

⁹⁸ V. a lista estabelecida por Fidelino de Figueiredo, *op. cit.* pp. 39-45.

⁹⁹ V. ARES MONTES, José: *Góngora y la Poesía Portuguesa del siglo XVII*, Madrid, 1956. V. também PONTES, Maria de Lourdes Belchior: «Gôngora e a poesia portuguesa do século XVII», artigo de recensão à obra de Ares Montes, in *Os Homens e os Livros*, já citado, pp. 129-139.

¹⁰⁰ Publicado, embora não integralmente, no volume *Applausos Academicos e relação do felice successo da celebre victória do Ameixial. Offerecidos ao Excelentissimo Senhor Dom Sancho Manoel Conde de Villaflor, pello Secretário da Academia dos Generosos, e Académico Ambicioso*, Amesterdão, 1673.

¹⁰¹ MATHIAS, Elze M.H. Vonk: «A Academia dos Generosos. Uma Academia ou uma sequência de Academias?», *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 (2), Lisboa, 1982, pp. 227.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 228 e 231.

Marinho de Azevedo (? -1652) ilustram de modo claro o aspecto que aqui queremos realçar. O seu alinhamento político ao lado da Restauração traduz-se, em todos eles, pela produção de um discurso de conjuntura em que se pretende legitimar a nova ordem política, protagonizada pela dinastia de Bragança. A utilização frequente do castelhano a par do português, nestes textos, muitos deles de cariz polémico ou versando sobre os sucessos militares das guerras da Restauração (1640-68), tem como objectivo uma difusão mais ampla, que ultrapasse mesmo a (nova) fronteira política.

É contudo António de Sousa de Macedo (1606-1682) quem melhor sintetiza esta realidade. Figura marcante do seiscentismo português, Sousa de Macedo desempenhou um importante papel na diplomacia da Restauração, em Inglaterra, para onde se deslocou em 1642, como secretário de D. Antão de Almada, que chefiava a primeira embaixada restauracionista àquele país. No âmbito da sua intensa actividade diplomática em defesa da dinastia brigantina Sousa de Macedo polemizou, como vários outros escritores portugueses, com Caramuel, que sustentara, antes da Restauração, a legitimidade dos Filipes em relação à Coroa portuguesa, na sua obra *Philippus Prudens [...] Legitimus Rex Demonstratus* (Antuérpia, 1639) e contestara, após 1640, em várias outras obras, a legitimidade da nova dinastia (*Joannes Bargantinus Lusitaniae Illegitimus Rex Demonstratus*, Lovaina, 1642 e no mesmo ano *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*, Antuérpia, réplica à obra de Pais Viegas intitulada *Principios del Reyno de Portugal*, Lisboa, 1641). A polémica de Sousa de Macedo com Caramuel é, no que diz respeito ao problema que aqui nos interessa - a opção linguística - verdadeiramente paradigmática: a oscilação entre o castelhano e o latim, e a ausência da utilização do português por parte de Sousa de Macedo explica-se justamente pela necessidade de *polemizar* com o adversário, o que - a não ser para mero consumo interno - não seria possível através do português. Assim, em 1642, já em Londres, publica em castelhano o seu *Juan Caramuel Lobkovitz. Religioso de la Orden de Cister Abbad de Melrosa, etc. Convencido en su libro intitulado 'Philippus Prudens [...] Legitimus Rex Demonstratus'. Y en su Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal* (apenas a dedicatória, a D. Antão de Almada, é em português). No ano seguinte publicaria, sob nome suposto, um pequeníssimo opúsculo, em latim, intitulado *Caramuel Ridiculus, Caramueli Convicto...* Em Londres e durante a mesma estada, daria ainda à estampa duas outras obras, tendo também por horizonte a legitimação, para um público europeu, da nova situação política portuguesa, e por isso mesmo escritas em latim: *Genealogia Regum Lusitaniae*, em 1643, e a célebre *Lusitania Liberata ab Injusto Castellorum Dominio...*, em 1645¹⁰³.

Da consciência da possível ambiguidade dessa escolha, nomeadamente no que diz respeito ao castelhano, entre os restauracionistas - mas não só - é prova a frequência com que surge a necessidade de uma justificação explícita, mais ou

¹⁰³ Sobre António de Sousa de Macedo, v. TORGAL, Luís Reis: *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. II, Coimbra, 1982, pp.300-303 e bibliografia aí indicada.

menos elaborada, mas que em geral tem como ponto comum a maior expansão e conhecimento internacional daquela língua. Argumento irrecusável, evidentemente, em que se articulavam razões de natureza estética, social e económica, ao permitirem uma ressonância muito maior às obras escritas em castelhano, alargando de modo extraordinário aos que faziam essa opção linguística a memória e o mercado dos seus livros¹⁰⁴. A necessidade da justificação mantém-se, no entanto, em muitos casos. Vejamos alguns exemplos.

Na sua tentativa épica da *Hespaña Libertada* (1618), Bernarda Ferreira de Lacerda (1595-1644) quase se penitencia pela opção linguística que assume, preterindo o português, «*lengua que merece/Mejor lugar despues de la latina*» ao castelhano, que «*es facil para todos*», e que permite, portanto, uma memória mais alargada do que escreve¹⁰⁵. A mesma justificação nas suas *Soledades de Buçaco* (1634), em cujo «Prólogo» afirma singelamente ter escolhido o castelhano «*por ser Idioma claro, y casi cõmun*». Justificação semelhante encontramos ainda em Sousa de Macedo que, no capítulo XXII das *Flores de España, Excelencias de Portugal* (1631), dedicado às virtudes da língua portuguesa, torna explícitas, não sem que transpareça um certo pouco à-vontade, as razões que o levaram a escrever «*lo mejor de Portugal en lengua castellana*». Novamente se perfila a dialéctica entre a expressão do amor da pátria através do uso do idioma nacional, e a escolha do castelhano, que permite uma maior difusão das «excelências de Portugal»¹⁰⁶.

Também Manuel de Faria e Sousa no «Prologo» da *Europa Portuguesa* (1667) faz radicar o desconhecimento das coisas portuguesas no tardio e parco recurso à imprensa, mas igualmente na utilização do português, língua «*suave y magestuosa*», mas redutora em termos de audiência. Este quase lugar-comum em que se torna a justificação da opção linguística é várias vezes utilizado por Faria e Sousa. As palavras que encontramos na *Europa Portuguesa* são o desenvolvimento de ideias já explanadas no *Epitome de las Historias Portuguesas* (1628, «Prologo»). Também na *Fuente de Aganipe o Rimas varias....*, na «Advertencia» que se segue ao poema *Narciso i Eco*, Faria e Sousa afirma tratar-se de um poema originariamente escrito em português, depois traduzido para castelhano, língua em que os seus versos «*logran más claridad, que es la mayor ventaja de un escrito*»¹⁰⁷. Já antes Francisco Manuel de Melo sublinhara de modo singelo e lúcido esta realidade, ao constatar, em carta dirigida a Gaspar de Seixas de Vasconcelos, a 6 de Dezembro de 1634, que a lín-

¹⁰⁴ ARES MONTES, José : *op.cit.*, p. 119 e ss.

¹⁰⁵ LACERDA, Bernarda Ferreira de: *Hespaña Libertada*, Canto Primero, 5-7, pp. 1v -2.

¹⁰⁶ MACEDO, António de Sousa de: *Flores de España....*, cap. XXII, pp. 235-235v.

¹⁰⁷ Idem, *Fuente de Aganipe o Rimas Varias. Divididas en siete partes*, Parte Segunda, Madrid, 1644, p. 34. V. ainda os seus comentários a *Os Lusíadas* de Luís de Camões, *Lusíadas de Luis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor Felipe Quarto El Grande. Comentadas por Manuel de Faria i Sousa*, vol. I Tomo II, Madrid, 1639, col. 605. V. também, no mesmo volume, col. 87, e 263 a 266.

gua portuguesa tem «*este corto lunar de no ser largo*», justificando assim o uso do castelhano para obviar a um inevitável esquecimento¹⁰⁸.

A mutação virá, sem dúvida, com o século XVIII. Não sendo evidentemente possível datar com precisão absoluta um processo desta natureza, pode dizer-se que a criação, em Dezembro de 1720, da Academia Real da História por D. João V (1707-50), se fazia já sob o signo declarado do modelo francês firmado por Richelieu no século XVII, prefigurando uma influência cultural que viria a ser indiscutível em Portugal durante mais de dois séculos. Em todo o caso, a vida cultural continua a testemunhar a importância da presença espanhola – patente no relevo que ainda assumem as composições em língua castelhana na *Fenix Renascida* (1716-1728)¹⁰⁹, ou nos conteúdos de algumas grandes livrarias eruditas setecentistas, que evidenciam a importância da interacção cultural peninsular¹¹⁰. Mas neste século de Setecentos que então se inicia, está sem dúvida em marcha o definitivo ocaso do bilinguismo luso-castelhano, no quadro do refluxo da influência espanhola em Portugal e do perfilar do novo paradigma cultural constituído pela França¹¹¹.

¹⁰⁸ Francisco Manuel de MELO, carta de 6 de Dezembro de 1634 «Ao autor de Política Cristã, Gaspar de Seixas de Vasconcelos», public. in *Cartas Familiares*, Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais SARMENTO, Lisboa, 1980, doc.2, pp.54-58.

¹⁰⁹ *A Fenix Renascida, ou obras poeticas dos melhores engenbos portuguezes*, é publicada por Matias Pereira da Costa em cinco volumes, com duas impressões: a primeira entre 1716 e 1728, a segunda em 1746. Trata-se do mais importante dos cancioneiros seicentistas, que recolhe as composições mais significativas do século XVII, marcado pela presença tutelar de Camões e da imitação de Góngora. V. PONTES, Maria de Lourdes Belchior: «Barroco e cancioneiros barrocos (*Fenix Renascida e Postilhão de Apolo*)», in *Os Homens e os Livros...*, já citado, pp.109-121. A importância do castelhano traduz-se na presença de cerca de três centenas de composições naquela língua (v. García PERES, *op.cit.*, pp.215-216).

¹¹⁰ DOMINGOS, Manuela D.: *op.cit.*

¹¹¹ TEYSSIER, Paul: *op.cit.*, pp. 844-845. Além dos estudos citados ao longo destas páginas, devem mencionar-se ainda para a questão do bilinguismo: VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de: *Notas Vicentinas. IV - Cultura intelectual e nobreza literária*, «Parte Quarta - O Poliglota», Coimbra, 1922, pp. 373-418; GLASER, Edward: «Introduccion» aos seus *Estudios Hispano-Portugueses. Relaciones Literarias del Siglo de Oro*, Madrid, 1957; BEAU, Albin: «A valorização do idioma nacional no pensamento do humanismo português», in *Estudos*, I, Coimbra, 1959, pp. 349-370, e «Sobre el bilinguismo en Gil Vicente», in *Studia Philologica - Homenaje a Dámaso Alonso*, I, Madrid, 1960, pp. 217-224; TEYSSIER, Paul: *La Langue de Gil Vicente*, II Parte, «Le bilinguisme», Paris, 1959, particularmente pp. 293-301; STEGAGNO-PICCHIO, Luciana: introdução à edição de 1540 do *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* de João de Barros, Modena, 1959; HART, Thomas: introdução à edição das *Obras Dramáticas* de Gil Vicente na coleção Clásicos Castellanos da Espasa-Calpe, Madrid, 1968, pp. XI-LXI; ALBUQUERQUE, Martim de: *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, I, Lisboa, 1974, pp. 273-334; VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: «O bilinguismo castelhano-português na época de Camões», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVI, Paris, 1981, pp. 807-828; SUBIRATS, Jean: *Jorge Ferreira de Vasconcelos. Visages de son Oeuvre et de son Temps*, T.I, Coimbra, 1982, pp. 183-200. Além dos já citados ao longo deste trabalho, v. o conjunto dos estudos publicados nos n.ºs 9-10 de *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 2001-2002, e nos *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIV, *La Littérature d'Auteurs Portugais en Langue Castillane*, Lisboa-Paris, 2002.